



Demonstrações Financeiras 2020

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
Rondonópolis / MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Sul MT, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: No início do ano, antes do período da pandemia, plantamos árvores para ajudar a recuperar nascentes de propriedades rurais dos associados através do Programa Recuperando Nascentes e realizamos o Programa CoopTour, onde alunos de escolas visitaram nossa cooperativa para conhecer mais sobre nosso modelo de desenvolvimento local. Com o início da Pandemia realizamos palestras online sobre educação financeira e carreira profissional gratuitas para toda comunidade, apoiamos financeiramente Entidades filantrópicas da região, inclusive com atividades relacionadas a saúde, também realizamos no formato online formações do Programa Crescer, cujo principal objetivo é explicar o nosso modelo de negócio e reforçar o papel de dono dos associados e ajudamos as pessoas a cuidarem melhor do dinheiro através de formações online e semanais sobre Educação Financeira.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: durante o ano de 2020 expandimos nossa atuação para os municípios de Guiratinga-MT e Tesouro-MT, aprovamos em Assembleia a expansão da Cooperativa para o estado do Amapá, isentamos todas transações de TED e DOC através do aplicativo e internet banking, isentamos o aluguel da máquina de cartões e a anuidade do cartão internacional, e realizamos os Feirões de Veículos e de Construção e Reforma, onde as taxas foram reduzidas para ajudar os associados a realizarem seus sonhos e fomentar o comércio local.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos que suspendemos o atendimento presencial dos nossos colaboradores e realizamos contatos através dos canais digitais e eletrônicos, apoiando e prestando serviços aos associados. Depois de meses, após autorização, voltamos a atender presencialmente atendendo rigorosamente todas as orientações dos órgãos competentes na íntegra.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.191.007	821.021	PASSIVO		1.019.213	670.007
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	11.797	6.551	DEPÓSITOS	(Nota 12)	710.655	466.196
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.153.443	771.445	Depósitos à vista		259.521	131.731
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	7.744	13.714	Depósitos interfinanceiros		4.572	4.688
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	320.344	165.028	Depósitos a prazo		446.562	329.777
Centralização financeira	(Nota 04)	199.151	115.486	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		247.856	153.918
Relações interfinanceiras ativas		-	6	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	231.618	137.960
Operações de crédito	(Nota 07)	585.035	444.558	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	6.747	6.713
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	41.169	32.653	Obrigações por repasses	(Nota 15)	1.226	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(31.233)	(28.171)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	8.265	9.245
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	15.526	28.477	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	318	411
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	16.995	16.995	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	60.384	49.482
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	21.493	22.573				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	2.986	3.151	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	171.794	151.014
				CAPITAL SOCIAL		76.789	72.503
				RESERVAS DE SOBRAS		84.756	67.889
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		10.249	10.622
TOTAL DO ATIVO		1.191.007	821.021	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.191.007	821.021

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

Descrição das contas	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	89.028	81.585
Operações de crédito	82.717	80.557
Resultado títulos e valores mobiliários	6.311	1.027
Resultado das aplicações compulsórias	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(37.199)	(42.462)
Operações de captação no mercado	(9.783)	(16.826)
Operações de empréstimos e repasses	(9.237)	(7.702)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(18.179)	(17.934)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51.829	39.123
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(23.492)	(16.947)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	26.953	22.160
Rendas de tarifas bancárias	9.605	8.742
Dispêndios e despesas de pessoal	(22.901)	(21.968)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(24.354)	(24.933)
Dispêndios e despesas tributárias	(533)	(998)
Outros ingressos e receitas operacionais	8.712	19.669
Outros dispêndios e despesas operacionais	(20.974)	(19.619)
RESULTADO OPERACIONAL	28.337	22.176
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	693	(595)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	29.030	21.581
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(763)	(682)
Provisão para Imposto de Renda	(477)	(417)
Provisão para Contribuição Social	(286)	(265)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.951)	(2.471)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	25.316	18.428

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT

CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	65.572	64.542	-	5.783	135.897
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.851	-	-	(5.718)	(2.867)
Outras destinações	-	-	-	(65)	(65)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.955	-	-	-	3.955
Baixas de capital	(3.729)	-	-	-	(3.729)
Resultado do período	-	-	-	18.428	18.428
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(372)	(372)
Juros sobre o capital próprio	3.854	-	-	(4.087)	(233)
Reserva legal - Estatutária	-	3.347	-	(3.347)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	72.503	67.889	-	10.622	151.014
Mutações do Período	6.931	3.347	-	4.839	15.117
Saldos no início do período em 01/01/2020	72.503	67.889	-	10.622	151.014
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.832	-	-	(3.654)	(1.822)
Destinações para reservas	-	-	5.522	(5.522)	-
Fundo social	-	-	-	(1.381)	(1.381)
Outras destinações	-	-	-	(65)	(65)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.083	-	-	-	4.083
Baixas de capital	(3.625)	-	-	-	(3.625)
Reversões de reservas	-	-	(409)	409	-
Resultado do período	-	-	-	25.316	25.316
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.025)	(1.025)
Juros sobre o capital próprio	1.996	-	-	(2.064)	(68)
Reserva legal - Estatutária	-	9.225	-	(9.225)	-
Reserva de expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	2.529	(2.529)	-
Fundo social - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(633)	(633)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	76.789	77.114	7.642	10.249	171.794
Mutações do Período	4.286	9.225	7.642	(373)	20.780
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	73.230	67.889	-	19.253	160.372
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.832	-	-	(3.654)	(1.822)
Destinações para reservas	-	-	5.522	(5.522)	-
Fundo social	-	-	-	(1.381)	(1.381)
Outras destinações	-	-	-	(65)	(65)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.212	-	-	-	2.212
Baixas de capital	(2.481)	-	-	-	(2.481)
Reversões de reservas	-	-	(409)	409	-
Resultado do período	-	-	-	16.685	16.685
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.025)	(1.025)
Juros sobre o capital próprio	1.996	-	-	(2.064)	(68)
Reserva legal - Estatutária	-	9.225	-	(9.225)	-
Reserva de expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	2.529	(2.529)	-
Fundo social - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(633)	(633)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	76.789	77.114	7.642	10.249	171.794
Mutações do Período	3.559	9.225	7.642	(9.004)	11.422

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	13.952	29.832	21.670
Resultado do semestre/exercício	16.685	25.316	18.428
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(2.733)	4.516	3.242
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.911)	3.062	443
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(354)	(551)	621
Depreciação e amortização	1.542	3.058	2.788
Baixas do ativo permanente	65	65	34
(Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(50)	(93)	(272)
Destinações ao FATES	(1.025)	(1.025)	(372)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	31.475	64.468	(165.196)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(148)	5.970	(13.241)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(51.242)	(155.316)	(165.028)
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.522	6	13
(Aumento) em operações de crédito	(118.650)	(140.477)	(99.648)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	48.044	93.658	36.298
(Aumento) em outros ativos financeiros	(9.242)	(8.516)	(12.432)
(Aumento) Redução em outros ativos	3.059	13.502	(14.886)
Aumento em depósitos	134.187	244.459	91.056
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(1.006)	(980)	512
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(47)	1.260	1.993
Absorção de dispêndios pelo FATES	(63)	(372)	(580)
Aumento em outros passivos	19.061	11.274	10.747
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	45.427	94.300	(143.526)
Aquisição de imobilizado de uso	(595)	(1.055)	(1.211)
Aplicações no intangível	(479)	(823)	(473)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.074)	(1.878)	(1.684)
Integralização de capital	2.212	4.083	3.955
Baixa de capital	(2.481)	(3.625)	(3.729)
Juros ao capital próprio	(68)	(68)	(233)
Distribuição de Sobras	(1.887)	(1.887)	(2.932)
Reversão de reserva	(2.014)	(2.014)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(4.238)	(3.511)	(2.939)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	40.115	88.911	(148.149)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	170.833	122.037	270.186
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	210.948	210.948	122.037

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT
CNPJ/MF nº 26.549.311/0001-06

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	16.685	25.316	18.428
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	16.685	25.316	18.428

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul de Mato Grosso - Sicredi Sul MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/03/1990 e sede situada na Rua Fernando Corrêa da Costa, 1100, QD CH, LT 14D, 2º ANDAR, na cidade de Rondonópolis - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 11 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 16 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	11.797	6.551
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	199.151	115.486
Total	210.948	122.037

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	-	-	-	-	7.515
DI entre Banco e Cooperativa	-	3.513	4.231	7.744	6.199
Total	-	3.513	4.231	7.744	13.714

Total circulante	3.513	7.515
Total não circulante	4.231	6.199

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	-	413	413	-
Cotas de fundos de renda fixa	38.593	-	-	38.593	7.738
Cotas de fundos multimercado	281.342	-	-	281.342	157.290
(-) Provisão de desvalorização	-	-	(4)	(4)	-
Total	319.935	-	409	320.344	165.028

Total circulante	319.935	165.028
Total não circulante	409	-

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	5.853	41.336	78.881	157.673	283.743	214.451
Financiamentos	386	10.172	29.457	67.144	107.159	91.349
Financiamentos rurais e agroindustriais	727	6.383	114.548	72.475	194.133	138.758
Total das operações de crédito	6.966	57.891	222.886	297.292	585.035	444.558
Avais e fianças honrados	17	-	-	-	17	92
Devedores por compra de valores e bens	-	-	-	1.566	1.566	2.682
Títulos e créditos a receber	-	27.425	8.972	11	36.408	27.734
Total de outros créditos	17	27.425	8.972	1.577	37.991	30.508
Carteira total	6.983	85.316	231.858	298.869	623.026	475.066

Total circulante	324.157	273.136
Total não circulante	298.869	201.930

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	36.098	87	-	-
A	0,50	316.769	234.208	1.580	1.171
B	1,00	169.290	131.059	1.690	1.311
C	3,00	44.473	62.634	1.330	1.879
D	10,00	23.755	16.688	2.376	1.669
E	30,00	4.864	4.546	1.459	1.364
F	50,00	7.182	7.404	3.591	3.702
G	70,00	4.628	4.549	3.240	3.184
H	100,00	15.967	13.891	15.967	13.891
Total		623.026	475.066	31.233	28.171

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 126.655 (dezembro de 2019 - R\$ 109.884) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 1.640 (dezembro de 2019 - R\$ 2.134) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	4.989	57.964	71.187	150.409	284.549	238.199
Rural	727	6.383	114.548	72.475	194.133	138.758
Industrial	-	307	961	1.756	3.024	2.108
Comércio	445	9.155	17.688	29.165	56.453	42.943
Outros serviços	822	11.507	27.474	45.064	84.867	53.058
Total	6.983	85.316	231.858	298.869	623.026	475.066
Total circulante					324.157	273.136
Total não circulante					298.869	201.930

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	67.230	10,79	46.525	9,79
50 devedores seguintes	128.717	20,66	111.710	23,51
100 devedores seguintes	83.261	13,36	67.147	14,13
Demais	343.818	55,19	249.684	52,57
Total	623.026	100,00	475.066	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	28.171	27.728
Constituição de provisão	32.714	34.356
Reversão de provisão	(14.535)	(16.422)
Movimentação de baixados para prejuízo	(15.117)	(17.491)
Saldo final	31.233	28.171

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	24.807	51.916	52.460
Financiamentos	7.138	14.009	10.814
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.797	10.883	7.656
Outros	40	71	71
Subtotal	37.782	76.879	71.001
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.060	5.838	9.556
Total	41.842	82.717	80.557

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 34.202 (2019 - R\$ 37.308).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	36.408	27.734
Rendas a receber	1.458	1.465
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.566	2.682
Avais e fianças honrados (Nota 07)	17	92
Operações com cartões	819	342
Devedores por depósitos em garantia	901	338
Total	41.169	32.653

Total circulante	38.691	29.924
Total não circulante	2.478	2.729

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	12.800	24.607
Adiantamentos e antecipações salariais	113	78
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	74	7
Adiantamentos para Confederação Sicredi	549	548
Impostos e contribuições a compensar	51	139
Cotas de consórcio	1.358	1.086
Pendências a regularizar	382	507
Outros	199	1.505
Total circulante	15.526	28.477

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	13.167	25.556
Imóveis	13.144	25.293
Veículos e afins	23	263
Despesas antecipadas	62	31
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(429)	(980)
Total circulante	12.800	24.607

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(980)	(359)
Constituição de provisão	(209)	(786)
Reversão de provisão	760	165
Saldo final	(429)	(980)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	7.948	7.948
Sicredi Participações S.A.	9.046	9.046
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	16.995	16.995

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	2.936.795 ON	2.936.795 ON	1	1	7.948.253	7.948.253
	6.109.179 PN	6.109.179 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,77%	0,86%	0,62%	0,62%	5,40%	6,30%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	147.298	126.127
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	154.771	131.820
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	1.182	764
Valor do investimento	9.046	9.046	1	1	7.948	7.948

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	32.191	(10.698)	21.493	22.573
Imobilizações em curso	-	103	-	103	-
Terrenos	-	3.035	-	3.035	2.900
Edificações	4%	15.888	(3.534)	12.354	12.996
Instalações	10%	511	(371)	140	190
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.072	(1.475)	1.597	1.876
Móveis e equipamentos	10%	4.116	(1.982)	2.134	2.537
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	654	(305)	349	381
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.403	(2.786)	1.617	1.578
Veículos	20%	409	(245)	164	115
Intangível		7.644	(4.658)	2.986	3.151
Investimentos Confederação		7.644	(4.658)	2.986	3.151

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	259.521	-	-	259.521	131.731
Depósitos interfinanceiros	4.572	-	-	4.572	4.688
Depósitos a prazo	906	117	445.539	446.562	329.777
Total	264.999	117	445.539	710.655	466.196
Total circulante				265.116	137.324
Total não circulante				445.539	328.872

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	231.618	137.960
Total	231.618	137.960

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.329	113.105	72.427	191.861	137.960
Total - Recursos do Crédito Rural	6.329	113.105	72.427	191.861	137.960
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	193	-	39.564	39.757	-
Total - Outros Recursos	193	-	39.564	39.757	-
Total	6.522	113.105	111.991	231.618	137.960
Total circulante				119.627	89.750
Total não circulante				111.991	48.210

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	39	6.708	6.747	6.713
Total	-	39	6.708	6.747	6.713

Total circulante	39	4
Total não circulante	6.708	6.709

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDDES	124	377	725	1.226	-
Total	124	377	725	1.226	-

Total circulante	501	-
Total não circulante	725	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.640	2.134
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	5.426	222
Recursos em trânsito de terceiros	1.199	1.541
Total circulante	8.265	3.897

Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	5.348
Total não circulante	-	5.348

Total	8.265	9.245
--------------	-------	-------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	-	40
Cível	Provável	318	371
Total não circulante		318	411

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	40	40	(80)	-
Cível	371	183	(236)	318
Total não circulante	411	223	(316)	318

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 380 e R\$ 163 (dezembro de 2019 - R\$ 382 e R\$ 163), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	37.237	27.501
Provisão para pagamentos a efetuar	2.493	2.548
Cotas de capital a pagar	4.000	3.334
Provisão para participações nos lucros	3.126	2.622
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.025	372
Demais fundos constituídos	2.013	-
Impostos e contribuições a recolher	939	854
Credores diversos	4.245	4.701
Cheques administrativos	4.539	7.380
Cobrança e arrecadação de tributos	3	92
Pendências a regularizar	764	78
Total circulante	60.384	49.482

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	76.789	72.503
Total de associados	47.099	38.024

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.286 (2019 – R\$ 6.931), sendo R\$ 3.838 (2019 – R\$ 6.705) via integralização de resultados e R\$ 4.083 (2019 – R\$ 3.955), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.625 (2019 – R\$ 3.729).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,81% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.064, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão e Fundo Social conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.030	21.581
Participação nas sobras	(2.951)	(2.471)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.079	19.110
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(10.432)	(7.644)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	8.734	4.987
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	826	1.635
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	29	312
Demais adições e exclusões previstas na legislação	80	28
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(763)	(682)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	7.744	13.714
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	320.344	165.028
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	199.151	115.486
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.134	1.289
Outros ativos (Nota 09)	549	772
Investimentos (Nota 10)	16.995	16.995
Intangível (Nota 11)	2.986	3.151
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	4.572	4.688
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	231.618	137.960
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	6.747	6.713
Outros passivos (Nota 18)	34.410	26.983
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	5.426	5.570
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	6.311	1.027
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.011	7.582
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	4.531	15.511
Despesas		
Operações de captação no mercado	125	198
Operações de empréstimos e repasses	9.237	7.702
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.611	2.323
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	10.303	9.842

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	1.671	0,64%	138
Depósitos a prazo	2.857	0,64%	2.437
Operações de crédito	3.870	0,66%	6.230

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.728	3.539

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	6.442	12.811	12.495
Benefícios	2.389	4.986	4.492
Encargos sociais	2.736	5.094	4.949
Treinamentos	4	10	32
Total	11.571	22.901	21.968

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	378	765	758
Aluguéis	731	1.468	1.337
Comunicação	363	691	849
Manutenção e conservação	725	1.342	1.270
Material de expediente	301	606	416
Processamento dados	444	888	683
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.324	2.940	3.230
Serviços do sistema financeiro	1.522	2.693	2.318
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.913	4.762	3.244
Serviços de vigilância e segurança	590	1.292	1.511
Serviços de transportes	539	1.110	1.066
Depreciação	974	2.070	2.002
Amortização (Rateio Confederação)	568	988	786
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	339	648	1.702
Emolumentos e taxas diversas	190	334	419
Outras despesas administrativas	878	1.757	3.342
Total	12.779	24.354	24.933

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	63	372	580
Recuperação de encargos e despesas	347	595	1.066
Ingressos depósitos intercooperativos	1.638	4.158	15.176
Reversão de provisões operacionais	609	1.362	937
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	558	1.126	967
Reversão de provisões para passivos contingentes	134	316	731
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	49	49	-
Outras rendas operacionais	643	734	212
Total	4.041	8.712	19.669

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.002	4.087	5.297
Contribuições Cooperativistas	115	188	144
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	377	917	1.043
Contribuição Confederação Sicredi	3.802	7.270	6.352
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	635	1.243	1.159
Encargos da administração financeira	1	3	85
Repasse Administradora de Cartões	-	115	262
Provisões para garantias financeiras prestadas	220	631	762
Provisões para passivos contingentes	84	223	459
Outras provisões operacionais	370	701	704
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.354	3.947	1.612
Risco operacional	418	1.151	1.091
Outras despesas operacionais	208	498	649
Total	11.586	20.974	19.619

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	16.685	25.316	18.428
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	16.685	25.316	18.428

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	126.643	109.869
Coobrigações em cessões de crédito	12	15
Total	126.655	109.884

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	168.808	150.091
Nível I (NI)	168.808	147.863
Capital principal - CP	168.808	147.863
Capital social	76.789	72.503
Reservas de capital	84.756	67.889
Lucros acumulados	10.249	10.622
Ajustes Prudenciais	(2.986)	(3.151)
Nível II (NII)	-	2.228
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	-	2.228
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	779.345	654.884
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.004	2.201
Margem de Capital	94.715	79.126
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,66%	22,92%
Situação de Imobilização (Imob)	21.494	22.574
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,73%	15,04%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Danilo Batistela Vicentim
Diretor Executivo
CPF: 692.683.041-04

Rogério Griguc
Diretor de Negócios
CPF: 616.413.160-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20